

VIII. Homenagem – Múcio Vilar Ribeiro Dantas	635
IX. Considerações Finais.....	636
X. Referências bibliográficas	636
Legislação.....	638

PARTE V

PENSAMENTO JURÍDICO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

32. RESOLUÇÃO DE DISPUTAS ON-LINE (ODR) E DESJUDICIALIZAÇÃO	641
RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA	
1. Introdução.....	641
2. Meios alternativos ou adequados de resolução de disputas (ADR)	642
3. Meios de resolução de disputas <i>on-line</i> (ODR).....	643
4. Experiência nos Estados Unidos.....	645
5. Experiência na União Europeia	646
6. Experiência no Reino Unido.....	647
7. Experiência no Brasil.....	648
8. Reclamação <i>on-line</i> como requisito para configurar o interesse de agir?	651
9. Considerações finais.....	652
Bibliografia.....	653
33. INTEGRAÇÃO DOS MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ON-LINE (ODR) AOS SISTEMAS DE JUSTIÇA.....	655
RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA	
1. Introdução.....	655
2. Meios alternativos ou adequados de resolução de disputas (ADRs).....	656
3. Meios de resolução de disputas <i>on-line</i> (ODRs).....	657
4. Diretrizes éticas para o desenvolvimento da inteligência artificial (IA)	662
5. Considerações finais.....	664
34. A DECISÃO JUDICIAL NO SISTEMA JUSPOSITIVISTA.....	665
NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	
1. Premissas funcionais do positivismo jurídico.....	665
2. As decisões judiciais no sistema positivista	670
3. A exegese repetitiva no ambiente positivista.....	675
Bibliografia.....	684
35. DIREITOS FUNDAMENTAIS E POSIÇÕES MORALMENTE CORRETAS: ANATOMIA DE UMA COMPATIBILIDADE A PARTIR DE LUIGI FERRA- JOLI	685
NEY DE BARROS BELLO FILHO	
1. Apresentação	685

2.	Introdução: o acordo semântico necessário	686
3.	Direitos Fundamentais na Concepção de Ferrajoli	687
3.1.	Espécies de direitos fundamentais	689
3.2.	Teses de direitos fundamentais	691
3.2.1.	Direitos fundamentais e direitos patrimoniais: diferenciações na ótica de Ferrajoli	692
3.2.2.	Direitos fundamentais como expressão da democracia.....	694
3.2.3.	Direitos fundamentais como categoria internacional	695
3.2.4.	Direitos fundamentais e garantias de direitos fundamentais....	696
4.	A hipertrofia dos direitos Fundamentais: da impossibilidade do pluralismo no paradigma teórico de Luigi Ferrajoli.....	699
5.	Conclusões	706
6.	Bibliografia	706
36.	DEMOCRACIA REPRESENTATIVA SOB A PERSPECTIVA DA IGUALDADE DE GÊNERO: UM AVANÇO CIVILIZATÓRIO.....	709
	LUCIANA LÖSSIO	
1.	Introdução.....	709
2.	Atual representação feminina nos cargos eletivos brasileiros.....	710
3.	Os incentivos legais à participação feminina na política brasileira.....	715
4.	Decisões judiciais relevantes: evolução jurisprudencial no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal.....	719
5.	O papel dos partidos políticos na questão de gênero.....	723
6.	Conclusão	724
	Referências.....	725
37.	O SISTEMA MULTIORTAS E A INTELIGÊNCIA JUDICIAL	727
	MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO	
1.	Introdução.....	727
2.	Centros judiciais de inteligência e sistema multiportas	728
3.	Segurança jurídica e inteligência judicial.....	731
4.	Natureza e objeto da inteligência judicial	733
5.	Instrumentos jurídicos da inteligência judicial.....	736
6.	Princípios da inteligência judicial.....	738
6.1.	Princípio da preservação da competência jurisdicional	739
6.2.	Princípio da jurisdição em rede	739
6.3.	Princípio da horizontalidade	740
6.4.	Princípio do diálogo entre instâncias.....	740
6.5.	Princípio da cooperação	740
6.6.	Princípio da governança judicial compartilhada.....	741
6.7.	Princípio da informalidade e da flexibilidade	741

26 | INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA

6.8. Princípio da inovação	742
6.9. Princípio da prevenção	742
6.10. Princípios da segurança jurídica e da isonomia.....	742
7. Conclusão	742
8. Referências bibliográficas.....	743
38. UM OLHAR SOBRE VICTOR, A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	745
DANIEL BECKER E ISABELA FERRARI	
1. Introdução.....	745
2. Como funciona o sistema VICTOR?	746
3. O Sistema VICTOR.....	748
4. Pontos fortes.....	750
5. Pontos de atenção.....	751
6. Conclusão: Podemos confiar em VICTOR?	753
7. Referências bibliográficas	754
39. ACESSO À JUSTIÇA, PROCESSO ELETRÔNICO E A EXPERIÊNCIA DO JUÍZO 100% DIGITAL	757
JOÃO BATISTA RODRIGUES REBOUÇAS E RODRIGO COSTA RODRIGUES LEITE	
1. Introdução: a homenagem ao Professor Múcio Vilar Ribeiro Dantas	757
2. O Processo Judicial Eletrônico: conceito, evolução histórica e expansão. O Processo Judicial Eletrônico como mecanismo facilitador do acesso à Justiça. Alguns aspectos positivos e negativos da virtualização processual	758
3. A Revolução 4.0, o direito de acesso à justiça e a implantação do Juízo 100% Digital.....	763
4. Juízo 100% Digital: conceito, origem, implantação e expansão. O Juízo 100% Digital no contexto da informatização do Poder Judiciário, da Implementação do Programa Justiça 4.0 e da Pandemia da Covid-19	767
5. Considerações finais.....	771
6. Referências bibliográficas	772
40. “JUSTIÇA 4.0” E OS DESAFIOS ATUAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA	775
NEWTON PEREIRA RAMOS NETO E GABRIEL RIBEIRO GONÇALVES RAMOS	
1. Introdução.....	775
2. Os impactos do trabalho remoto no Poder Judiciário	777
3. A inteligência artificial no Poder Judiciário contemporâneo	781
4. Conclusões.....	786
5. Referências	787
41. JUSTIÇA MULTIPORTAS E AS OPORTUNIDADES DO DIREITO DIGITAL ...	789
GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA	
1. Introdução.....	789

1.1.	A Estruturação do Poder Judiciário brasileiro.....	789
1.2.	Acolaboração de agências multilaterais: BIRD e sua influência através do Documento Técnico nº 319	791
1.3.	O sistema multiportas como solução para a descentralização do judiciário	792
2.	Sistema Multiportas.....	793
2.1.	Conceito por Frank Ernest Sander – “ <i>The Pound Conference</i> ”	793
2.2.	Brasil e o Sistema Multiportas	795
2.2.1.	Das inovações Legislativas.....	795
2.2.2.	Aplicabilidade do Sistema Multiportas (dos modelos heterocompositivos e autocompositivos).....	798
2.2.3.	Efeitos e indicadores na prática (Justiça em Números)	799
3.	Direito Digital – uma nova “Porta” a ser considerada	801
3.1.	Direito Digital e seu papel em tempos modernos	801
3.2.	Soluções que o Direito Digital pode trazer ao Sistema Judiciário Brasileiro	802
4.	Conclusão	803
	Referências.....	804
42.	O PROCESSO CIVIL E A LÓGICA ALGORÍTMICA.....	807
	CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA	
1.	Considerações iniciais.....	807
2.	Litigiosidade e conflitos na sociedade complexa da atualidade.....	809
3.	O processo como relação jurídica processual e a desumanização dos algoritmos	812
4.	Princípio da flexibilização procedimental como desafio à inteligência artificial	815
5.	Da razão algorítmica à razão dialógica na leitura de petições iniciais e condução de processos	817
6.	Considerações finais.....	819
7.	Referências	820
43.	LIMITES DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E O DIREITO QUE QUEREMOS TER.....	823
	BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO	
1.	Introdução.....	823
2.	O ato de interpretar e o objeto da interpretação	824
3.	Os limites da interpretação e o seu resultado	826
4.	O resultado da interpretação é previsível?	827
5.	A hermenêutica	829
6.	A hermenêutica jurídica	832

7. Considerações finais.....	834
Bibliografia.....	836

PARTE VI

MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E A BUSCA POR EFICIÊNCIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO E NO PODER JUDICIÁRIO

44. A FASE DE SANEAMENTO COMO DIRETRIZ PARA A TEORIA DA NULDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI Nº 14.133/2021).....	839
WALBER DE MOURA AGRA	
1. Um legado que ultrapassa gerações	839
2. A necessidade de uma releitura da teoria da nulidade no direito administrativo.....	840
3. A teoria da nulidade clássica do direito administrativo como esteio densificador do formalismo jurídico	844
4. A fase de saneamento como nova diretriz na Lei nº 14.133/2021	847
5. Conclusão	852
6. Referências	852
45. MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES NO STF	855
SAUL TOURINHO LEAL	
Introdução	855
1. O Centro de Mediação e Conciliação	857
2. A matriz teórica de Hans Kelsen e a experiência sul-africana do “engajamento significativo”: aportes teóricos e práticos para as conciliações.....	859
3. Conciliações no âmbito dos conflitos federativos como forma de resgatar nos entes subnacionais o dever de lealdade federativa	864
4. Conciliações como forma alternativa exercida pela jurisdição constitucional para mediar conflitos envolvendo os povos indígenas	869
5. Audiências em ações do controle concentrado de constitucionalidade.....	870
6. Fluxo migratório	874
7. Água	874
8. Entidades sindicais.....	875
9. A paixão nacional: o futebol	876
10. Racismo e memória	877
11. Questões remanescentes.....	878
Conclusão	878
Referências bibliográficas.....	879

46. TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO MEIO ADEQUADO PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	881
VINÍCIUS ARAÚJO DA SILVA	
1. Apresentação	881
2. Meios adequados de solução de conflitos como forma de conferir efetividade às decisões dos tribunais de contas	883
3. Transação administrativa	889
4. Procedimento	897
5. Criação de centro de conciliação	898
Referências bibliográficas	899
Anexo I – Anteprojeto de lei para a realização da transação administrativa no âmbito do tribunal de contas do estado do Rio Grande do Norte	900
47. NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL APLICADOS À RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	905
EDUARDO SOUSA DANTAS	
1. Primeiras Palavras	905
2. Os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público e a resolução consensual de conflitos administrativos: um conflito inconciliável?	907
3. Da legalidade estrita à consensualidade	915
4. A resolução consensual de conflitos administrativos nos Tribunais de Contas: Termos de Ajustamento de Gestão e transações administrativas... ..	923
Conclusão	927
Referências bibliográficas	928
48. MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – CUMPRIMENTO EFETIVO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO	931
LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ E DIÓGENES WAGNER S. E. DE OLIVEIRA	
1. Introdução	931
2. A mediação comunitária e o direito multiportas na Polícia Militar do Estado de São Paulo	935
3. NUMEC e CEJUSC na Polícia Militar do Estado de São Paulo	939
4. As práticas restaurativas	941
5. Pacificação social e a reestruturação da lógica de convivência: entendendo a segurança pública e o poder judiciário sob o prisma da justiça restaurativa	944
6. O policiamento comunitário na Polícia Militar do Estado de São Paulo em convergência com a cultura da pacificação social e dialógica	946

7. O Programa de Vizinhança Solidária como prática preventiva da quebra da ordem pública.....	947
Conclusão.....	950
Referências bibliográficas.....	952

PARTE VII

MEIOS (E) ALTERNATIVAS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

49. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O USO DA ARBITRAGEM NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRIBUTÁRIOS.....	959
ANDRÉ LUIZ FONSECA FERNANDES	
1. Introdução.....	959
2. A feição mais ampla do art. 5º, inciso XXXV, da CF/88.....	960
2.1. A feição mais ampla do art. 5º, inciso XXXV, da CF/88 e os marcos normativos de sua consolidação.....	962
3. A ideia – ou mito – da indisponibilidade do crédito tributário.....	964
4. A inexistência de renúncia de receita na arbitragem tributária.....	966
5. O crescente apoio doutrinário e o ambiente institucional favorável à arbitragem tributária.....	966
6. Os Projetos de Lei nºs 4.257/2019 e 4.468/2020.....	972
7. A questão atual mais relevante da arbitragem tributária.....	974
8. Conclusões.....	975
9. Referências bibliográficas.....	976
50. MEIOS EXTRAPROCESSUAIS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	979
FLÁVIA SOUSA DANTAS PINTO	
1. Introdução.....	979
2. Perfil da dívida ativa da união, de seus devedores e sua evolução.....	982
2.1. A evolução da dívida ativa da União.....	983
2.2. O comportamento da arrecadação mediante a utilização de métodos alternativos comparados à execução forçada.....	984
2.3. Quanto ao perfil dos devedores.....	987
3. Métodos alternativos de cobrança de créditos tributários.....	988
4. Considerações finais.....	1002
5. Referências bibliográficas.....	1003
51. TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A LEI 13.988/2020.....	1007
TARSILA RIBEIRO MARQUES FERNANDES	
Introdução.....	1007

1.	Contexto anterior à Lei 13.988/2020 e à Medida Provisória 899/2019.....	1008
1.1.	A transação no Código Tributário Nacional e as discussões a respeito de sua possibilidade no âmbito tributário	1008
1.2.	A realidade da cobrança do crédito público antes da instituição de um modelo de transação tributária	1012
2.	Do modelo de transação tributária previsto na Lei 13.988/2020	1014
2.1.	Regras gerais: origem, âmbito de aplicação e vedações	1014
2.2.	Dos modelos de transação previstos na Lei e em Portarias da PGFN	1016
2.2.1.	Da Transação na cobrança de créditos inscritos na Dívida Ativa	1016
2.2.2.	Da Transação no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica.....	1018
2.2.3.	Da Transação no contencioso tributário de pequeno valor ...	1019
2.2.4.	Da Transação extraordinária	1021
2.2.5.	Da Transação excepcional.....	1022
3.	Considerações finais.....	1023
	Referências bibliográficas.....	1024

PARTE VIII

MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

52.	A RESPONSABILIDADE SOBRE O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO LABOR À DISTÂNCIA.....	1029
	GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS	
1.	Introdução.....	1029
2.	Trabalho à distância. Conceito.....	1030
3.	Meio ambiente do trabalho. Conceito e caracterização	1031
4.	O princípio da prevenção e o trabalho à distância	1032
5.	Monitoramento do ambiente de trabalho (privacidade x poder de direção)	1034
6.	Responsabilidade sobre o meio ambiente do trabalho	1038
7.	Acidente e doença do trabalho no labor à distância	1042
8.	Assédio moral no trabalho à distância. Teleassédio.....	1047
9.	Panorama geral atual	1049
10.	Conclusão	1050
11.	Bibliografia	1052
53.	PETIÇÃO DE HERANÇA, RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM E TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL	1057
	ALEXANDRE FREITAS CÂMARA	
1.	Introdução.....	1057

2.	A jurisprudência da Terceira Turma do STJ sobre o tema	1058
3.	A jurisprudência da Quarta Turma do STJ sobre o tema	1061
4.	A jurisprudência do STF sobre o tema	1062
5.	O termo inicial do prazo prescricional do direito à petição de herança nos casos de reconhecimento de paternidade <i>post mortem</i>	1063
6.	Conclusão	1067
7.	Referências	1069
54.	ULTRATIVIDADE DAS NORMAS COLETIVAS NO DIREITO DO TRABALHO	1071
	MARIA ARIADNA DA ROCHA RIBEIRO DANTAS E EDUARDO SERRANO DA ROCHA	
	Referências	1083
55.	MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO: DISPUTE BOARDS COMO FATOR DE PREVENÇÃO DA LITIGIOSIDADE EM CONTRATOS COMPLEXOS	1085
	KARIM REGINA NASCIMENTO POSSATO E SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG MARQUES	
	Introdução	1085
1.	Judicialização e os métodos alternativos de resolução de conflitos	1086
1.1.	A Conciliação	1089
1.2.	A Mediação	1090
1.3.	A Arbitragem	1091
2.	O <i>dispute board</i> como ferramenta voltada à prevenção e resolução de controvérsias em contratos complexos	1092
	Conclusão	1095
	Referências	1096
56.	EFICIÊNCIA JUDICIÁRIA: A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE MERCADO	1099
	JEFERSON SOUSA OLIVEIRA E MARCELO BENACCHIO	
	Considerações iniciais	1099
1.	A atividade econômica no mundo globalizado	1100
2.	Desenvolvimento econômico e a Constituição Federal	1104
3.	Meios alternativos de resolução de conflitos e as relações de mercado	1107
	Considerações finais	1111
	Referências	1111
57.	A CONCILIAÇÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL COMO MEDIDA PARA DIMINUIR CONFLITOS EM JUÍZO	1113
	CURT TRENNEPOHL E TERENCE TRENNEPOHL	
1.	Introdução	1113
2.	Histórico das normas ambientais	1114

3. Infrações ambientais.....	1117
4. Conciliação administrativa.....	1118
5. Conclusões.....	1124
6. Referências.....	1125
58. A AUDITORIA AMBIENTAL COMO MEIO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM FACE DA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO BRASIL.....	1127
CELSO ANTONIO PACHECO FIORILLO	
1. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro.....	1128
2. Auditoria ambiental.....	1133
3. Auditoria ambiental no Brasil: a ordem econômica em face dos bens ambientais.....	1135
4. Auditorias florestais em proveito da defesa das florestas como bens ambientais.....	1136
4.1. Natureza jurídica das florestas e seu uso sustentável.....	1136
4.2. Gestão de florestas em face da Lei n. 11.284/2006 e a produção sustentável.....	1142
4.3. Produção sustentável no âmbito da Lei n. 11.284/2006 e a exigência de estudo prévio de impacto ambiental.....	1143
4.4. Auditorias florestais e seu conteúdo normativo.....	1144
Conclusão.....	1144
59. INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO REGULATÓRIO NA CONFORMAÇÃO DO COMPLIANCE PRIVADO.....	1147
OSVALDO CAPELARI JUNIOR	
1. Introdução.....	1147
2. Capitalismo Regulatório e suas implicações para o Direito.....	1147
3. Diálogo das fontes e o estabelecimento de Institutos da <i>Common Law</i>	1153
4. <i>Compliance</i>	1158
5. Conclusão.....	1165
6. Referências.....	1165